



## Ajustes no Orçamento vão chegar na próxima semana

Marcos Brindley/Senado Federal



Eunício Oliveira concede entrevista e informa o que conversou com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira

Após reunião, Eunício Oliveira informou que o ministro do Planejamento quer explicar aos líderes partidários as mudanças na proposta orçamentária

Os pedidos do governo para modificar o projeto da lei orçamentária para 2018, enviado em agosto, devem chegar ao Congresso até a próxima semana. Foi o que informou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira, após encontro com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Eunício ressaltou que o ministro quer se reunir com os líderes partidários para detalhar os ajustes, alguns deles em função da revisão da meta fiscal e das novas projeções que sinalizam a recuperação de vários setores da economia. Essa reavaliação foi discutida na reunião entre os dois. 4

**Três comissões definem emendas orçamentárias**

**Aeronáutica quer recursos para comprar cargueiros**

4

## Plenário acata acordos com Itália, Eslovênia e Irlanda

Três acordos internacionais foram aprovados ontem pelo Plenário. O primeiro, com a Itália, permite que o portador da carteira de habilitação de um país possa convertê-la

em documento equivalente no outro. Os outros dois, com Eslovênia e Irlanda, são de cooperação educacional e permitem o intercâmbio de estudantes e professores. 3



Marcos Oliveira/Agência Senado

Dos três acordos aprovados na sessão de ontem, dois são na área da educação



Roque de Sá/Agência Senado

Paulo Paim (C) preside audiência sobre fiscalização do trabalho escravo

## Procurador vê retrocesso na portaria do trabalho escravo

Em audiência, o procurador Alessandro Santos de Miranda, do Ministério Público do Trabalho, afirmou que a portaria que

muda as regras da fiscalização do trabalho escravo equivale à revogação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão em 1888. 3

## Projeto sobre acordo de leniência de bancos passará por comissões

Eunício Oliveira disse que terá tramitação normal no Senado o texto aprovado na Câmara que

permite ao Banco Central e à CVM fechar acordo de leniência com instituições financeiras. 2

## Colegiado aprova relatório sobre documentos de defesa nacional

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência aprovou relatório de Fernando Collor que recomenda a aprovação da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional. Os documentos são enviados pelo governo a cada quatro anos. 2



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Fernando Collor, autor do relatório sobre os documentos de defesa



### Descomplicamos o orçamento público

Acesse [www.senado.leg.br/sigabrasil](http://www.senado.leg.br/sigabrasil) e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.



**SIGA  
BRASIL**  
Painéis

# Projeto sobre leniência de bancos terá trâmite normal

Segundo Eunício, texto aprovado pela Câmara que permite que Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central firmem acordo de leniência com instituição financeira passará por comissões antes de ir a Plenário

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que o projeto de lei aprovado pela Câmara que permite ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) firmar acordos de leniência com instituições financeiras (PL 8.843/2017) terá uma tramitação regular no Senado, passando antes pelas comissões antes de chegar ao Plenário.

— Eu fiz um compromisso de que matérias, por mais

polêmicas e importantes que sejam, têm que passar por debate nas comissões. É natural que todos os processos passem nas comissões. Eu quero dividir sempre esse protagonismo com os presidentes e os membros das comissões. O debate precisa ser feito para que as matérias cheguem ao Plenário com um certo entendimento — explicou.

O presidente do Senado falou ainda sobre o projeto que altera a Lei Geral de Telecomunica-

ções (PLC 79/2016), que foi aprovado em 2016 sem votação em Plenário e que agora retorna à Casa.

Ele afirmou que o texto pode ser distribuído para duas comissões técnicas do Senado, entre elas a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), mas que caberá ao Plenário decidir sobre um possível regime de urgência.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Bruna Furlan preside reunião com Antonio Anastasia e Fernando Collor

## Comissão recomenda aprovação de política e estratégia de defesa

Senadores e deputados aprovaram ontem o relatório de Fernando Collor (PTC-AL) sobre a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN). A votação foi efetuada na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

Collor recomendou a apresentação de um projeto de decreto legislativo, aprovando os documentos. Conforme previsão legal, eles devem ser enviados ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo a cada quatro anos, sempre nos dois primeiros anos da sessão legislativa.

O relator ressaltou que os documentos são importantes para a vida nacional e deveriam ser lidos por todos os brasileiros. Ele sugeriu melhorias na parte relativa às ações de garantia da lei e da

ordem, visto que carecem de mais detalhes operacionais.

A Política Nacional de Defesa é o documento de mais alto nível do país em questões de defesa. A Estratégia Nacional, por sua vez, determina as medidas necessárias para realizar os objetivos previstos na PND. Já o Livro Branco condensa as informações do setor.

Após a aprovação do parecer, os parlamentares participaram de uma reunião secreta com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o general Sergio Etchegoyen, que deu informações sobre a atuação da pasta.

A lei diz que o controle e a fiscalização externos da atividade de inteligência são exercidos pelo Legislativo. A CCAI foi criada para executar essas tarefas e hoje é presidida pela deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

## Eunício recebe representantes da mineração

Eunício tratou da regulamentação do setor com Eduardo Parente (Companhia Siderúrgica do Pecém), Luiz Osorio (Vale), Walter Alvarenga (Ibram) e o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).

## Simone lamenta desperdício de alimentos no país

Ao mesmo tempo em que o mundo produz o suficiente para alimentar a todos, mais de 800 milhões de pessoas passam fome, disse Simone Tebet (PMDB-MS), chamando a atenção para o Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro).

Ela destacou que o Brasil é um dos países que mais produzem grãos e carnes no mundo, mas essa comida não chega à mesa de todos por causa de perdas na produção, no transporte e na comercialização e também por causa do desperdício.

## Cristovam reprova decisão do Senado sobre Aécio Neves

Cristovam Buarque (PPS-DF) lamentou ontem a decisão do Senado de rejeitar as medidas cautelares impostas a Aécio Neves (PSDB-MG) pelo STF. O senador, que estava em viagem oficial aos Emirados Árabes Unidos quando ocorreu a votação, afirmou que foi um “equivoco da maioria”.

Para ele, deveria ter sido aberto processo no Conselho de Ética para investigar.

— Era a ocasião de ele explicar como a voz dele apareceu pedindo R\$ 2 milhões a um empresário que não é dono de banco.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Lopes pede mais recursos para segurança no Rio

Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse no Plenário, antontem, que já passa de 100 o número de policiais mortos esse ano na capital fluminense, mesmo com a presença da Força Nacional no Rio de Janeiro. O senador disse que vem tentando com o Ministério da Justiça obter recursos para manutenção de equipamentos, viaturas, helicópteros, armas e munições.

— Temos que atuar contra a escalada da violência. O “quanto pior, melhor” é melhor para quem? — questionou.



Moreno Moriz/Agência Senado

## Viana comemora queda na taxa de desmatamento

Jorge Viana (PT-AC) comemorou a redução de 16% na taxa de desmatamento da Amazônia brasileira, a partir da avaliação da área da floresta, entre agosto de 2016 e julho de 2017.

Ele afirmou que, em 1994, foram desmatados 30 mil quilômetros quadrados, contra 6 mil quilômetros quadrados no último ano.

— O Brasil deve ter de 25 a 30 milhões de hectares de floresta recuperada, com a implementação do Código Florestal. Isso é uma conquista.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Gurgacz cobra ligação com sistema Eletrobras

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que aguarda com ansiedade a licitação para as obras de transmissão de energia no interior de Rondônia, para integrar regiões isoladas ao sistema da Eletrobras.

Segundo ele, o Ministério de Minas e Energia anunciou diversas vezes que o edital seria aberto, inclusive em audiência pública no Senado, mas nada ainda foi feito.

— Essa é uma cobrança que fazemos há muito tempo para a Eletrobras e ao governo federal.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário aprova acordo Brasil-Itália que reconhece carteira de motorista

Documento agora vai à promulgação, mas ainda não há data para aplicação. Senadores também aprovaram acordos na área da educação

FOI APROVADO ONTEM pelo Plenário o acordo de reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação entre Brasil e Itália (Projeto de Decreto Legislativo 172/2017). O texto foi assinado em Roma, em novembro de 2016, e agora deve ser promulgado no Brasil, mas ainda não há previsão de data para o início da aplicação do acordo nos dois países.

O acordo vinha sendo negociado desde 2008, para que o portador da carteira de habilitação de um país possa convertê-la em documento equivalente no outro.

## Burocracia

Embora a Itália seja signatária da Convenção de Viena sobre Trânsito Viário, de 1968, desde 1998 o governo italiano não reconhecia a Carteira Nacional de Habilitação brasileira. Isso obrigava brasileiros residentes na Itália a seguir o procedimento italiano de emissão do documento, apresentando exames e pagando taxas.

O acordo vale para as carteiras de habilitação A e B, não provisórias e em vigor, emitidas por um ou outro país. Caso o solicitante possua residência no país onde se solicita a conversão, é preciso que a habilitação tenha sido expedida antes da obtenção da residência. O texto do acordo havia sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 5.

## Educação

Também ontem, os senadores aprovaram dois acordos de cooperação na área de educação firmados pelo governo brasileiro com a Irlanda e com a República da Eslovênia. Em agosto, a Câmara havia dado sinal verde para esses dois tratados. No Senado, antes de irem a Plenário, eles passaram pelo exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que emitiu parecer favorável.

O termo de cooperação com

a Irlanda (PDS 162/2017) foi celebrado em Dublin, a capital do país, em 2010. Esse foi o primeiro instrumento de cooperação no campo educacional firmado entre os dois países, que mantêm relações diplomáticas desde 1995. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis e modalidades.

O acordo permite o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores; parcerias entre instituições de ensino superior, centros de pesquisa e agências governamentais; organização de eventos como simpósios, congressos e seminários; publicações educacionais e científicas conjuntas; além de programas de bolsas de estudos.

A Irlanda está situada em ilha de mesmo nome, no norte da Europa, onde vivem quase 5 milhões de habitantes.

O acordo com a Eslovênia (PDS 163/2017) foi assinado

em 2011, em Liubliana, a capital eslovena. Entre outros mecanismos de cooperação, o acordo prevê o intercâmbio de professores, pesquisadores, leitores, estudantes e gestores educacionais; o desenvolvimento conjunto de projetos educacionais, incluindo programas de bolsas de estudos; e o estímulo a publicações educacionais e científicas conjuntas.

## Para jovens

O texto prevê ainda a participação de brasileiros no Programa de Jovens Pesquisadores, administrado pela Agência Eslovena de Pesquisa, e nos programas do Centro Internacional para a Promoção de Empresas (ICPE), em Liubliana.

Situada na Europa Central, a Eslovênia possui uma área equivalente ao estado de Sergipe. A população é estimada em cerca de 2 milhões de habitantes. O país abriu embaixada no Brasil em 2010.

## Lúcia Vânia elogia cancelamento de concessão de rodovia

Na quarta-feira, Lúcia Vânia (PSB-GO) elogiou a decisão do governo federal de cancelar a concessão de um trecho da BR-153 privatizado em 2014. O Grupo Galvão perdeu o direito de explorar os 624 quilômetros da rodovia entre Goiás e Tocantins porque não cumpriu exigências previstas no contrato. Segundo ela, a empresa havia se comprometido a duplicar o trecho da BR-153, o que não aconteceu. A senadora disse que a "gestão temerária" da concessionária pôs em risco a segurança de motoristas, passageiros e moradores da região.



Moreira/Agência Senado

## Valdir Raupp destaca importância do Rio Madeira para o país

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou ontem a importância do Rio Madeira, nos estados de Rondônia e Amazonas, para a economia do país. Ele lembrou que setores importantes, como o da soja, dependem dessa hidrovía para escoar a produção e pediu verbas específicas do governo federal para a preservação do rio. Esses investimentos, segundo o senador, teriam impacto imediato na vida das famílias que moram perto do rio e daquelas cujo sustento depende direta ou indiretamente da navegabilidade do Rio Madeira e de seus afluentes.



Waldemir/Agência Senado

# Portaria do governo revoga Lei Áurea, diz procurador do Trabalho

Representantes da fiscalização do trabalho defenderam ontem a revogação da portaria do Ministério do Trabalho que modifica as regras para a fiscalização do trabalho escravo.

Em audiência na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH), o secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho, Alessandro Santos de Miranda, disse que a portaria faz um retrocesso de 200 anos.

— A portaria revogou a Lei Áurea. É uma tristeza. O Ministério Público não pode se

omitir. A portaria está eivada de irregularidades. Os auditores-fiscais conhecem a realidade e atuam sozinhos pela importância social da causa — afirmou.

Miranda ressaltou que os procuradores são competentes para lavrar autos de infração e que a portaria impõe formalidades que nada acrescentam à atuação da categoria.

— É importante que a portaria seja revogada o mais rápido possível.

Representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, Alex Myller disse que a portaria é ilegal, pois



Paim conduz a audiência, entre o auditor Myller e o procurador Miranda

restringe a interpretação do Código Penal e fere normas e convenções internacionais e regimentos internos do próprio Ministério do Trabalho

## Cidinho pede parcimônia na discussão sobre norma do Ministério do Trabalho

Cidinho Santos (PR-MT) pediu parcimônia na discussão sobre a portaria do trabalho escravo. Na opinião do senador, ninguém quer a volta da escravidão, mas há uma insegurança jurídica que pune o empreendedor.

Ele explicou pontos da legislação que acha equivocados ou exagerados, como os que dizem respeito a banheiros e camas.

— O decreto pode ter equívoco, mas a intenção é chegar a um acordo e não ter insegurança jurídica em relação ao que é ou não trabalho escravo.

que tratam da autonomia da inspeção do trabalho escravo.

— A portaria viola o histórico da luta contra o trabalho escravo e as normas internacionais as quais o Brasil se comprometeu a seguir. É uma agressão frontal à proteção social.

Myller enfatizou que a portaria é imoral e viola todos os preceitos de respeito e dignidade da pessoa.

— Mais de 50 mil pessoas já foram resgatadas de trabalho escravo e há a expectativa de que existam 100 mil nessa condição inconstitucional. É um retrocesso social. A fiscalização do trabalho não vai aceitar esse tipo de interferência indevida.

A audiência pública foi conduzida por Paulo Paim (PT-RS), que reiterou suas críticas à portaria do Ministério do Trabalho. O senador ressaltou que entidades nacionais e estrangeiras organizam atos contrários à norma.

— A mobilização vai ser grande — prometeu Paim.

## Paulo Rocha quer revogação imediata de diretriz de ministério

A portaria do Ministério do Trabalho que dificulta a fiscalização do trabalho análogo ao de escravo no país foi o tema abordado por Paulo Rocha (PT-PA) ontem no Plenário. Segundo ele, a decisão fez o país retroceder séculos nos campos da democracia e dos direitos humanos, causando repercussão negativa em todo o mundo.

— Essa portaria, além de ilegítima e insensível, é um verdadeiro retrocesso, é uma posição indigna e desumana que envergonha nosso país.

## Documento é retrocesso no combate ao trabalho escravo, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem a Portaria do Ministério do Trabalho que modifica as regras para a fiscalização do trabalho escravo no país. De acordo com Paim, ela dificulta a fiscalização, evidenciando a falta de compromisso do governo com o combate à prática no país.

Ele citou dados do próprio Ministério do Trabalho segundo os quais, nos últimos 20 anos, quase 50 mil trabalhadores foram resgatados de situações análogas à escravidão. Paim crê que, na verdade, há um número muito maior de trabalhadores que permanecem em condições desumanas.



Waldemir/Agência Senado



Edilson/Agência Senado



Edilson/Agência Senado

## Adutora do Sertão já começou a ser viabilizada, diz Elmano

No Dia do Piauí, celebrado ontem, o senador Elmano Férrer (PMDB-PI) informou, no Plenário, que já começaram os estudos de viabilidade econômica e ambiental por parte da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para construir a Adutora do Sertão. Ele disse que parte de suas emendas foi para o projeto, que vai transportar água de qualidade dos aquíferos do Vale do Gurgueia para 50 cidades, beneficiando mais de 600 mil piauienses, muitos com acesso a águas inservíveis ao consumo humano.

# Mudança no Orçamento chega semana que vem

Presidente do Senado recebeu ontem o ministro do Planejamento, que sugeriu uma reunião com os líderes para tratar dos ajustes na proposta orçamentária para 2018

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, e o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, discutiram ontem a conjuntura econômica do país e as sugestões e alterações para o Orçamento de 2018, que devem ser enviadas ao Congresso Nacional nos próximos dias.

— Ele veio dizer que na próxima semana encaminhará os pedidos de mudança no Orçamento a esta Casa e que, ao encaminhar, gostaria de se reunir com os líderes partidários para explicar o conteúdo do texto — explicou Eunício.

De acordo com o presidente do Senado, a intenção do ministro é apresentar aos líderes partidários os detalhes da atualização da peça orçamentária elaborada pelo Executivo, para esclarecer como ela foi construída.

— Estamos preparando tudo para enviar o ajuste no final da próxima semana, até para que a CMO [Comissão Mista de Orçamento] tenha os prazos necessários para aprovar os relatórios setoriais e todo o procedimento de preparação do Orçamento — disse o ministro.

O envio é necessário para ajustar as despesas do governo à nova meta fiscal, que



Eunício Oliveira e Dyogo Oliveira concedem entrevista após reunião

permite um déficit de até R\$ 159 bilhões no ano que vem. O Congresso recebeu o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) em agosto, com meta de resultado primário com déficit de R\$ 129 bilhões, previsão alterada pelo próprio governo.

Questionado se acredita na aprovação da medida, o ministro disse estar confiante:

— Sou sempre cuidadoso ao falar de processo legislativo, mas tenho muita confiança que o Congresso vai atender os nossos pedidos e avançar com as propostas — afirmou.

No encontro, Eunício e Oli-

veira também falaram sobre a situação econômica. Segundo o ministro, discutiu-se o processo de reativação da economia, os dados de setores em recuperação, como a indústria automotiva, que teve um crescimento de mais de 25%. Também falaram sobre a tendência de convergência da inflação para níveis mais baixos.

— Agradeço ao senador pela aprovação de várias matérias da pauta econômica, como a Taxa de Longo Prazo [TLP] e o Programa Especial de Regularização Tributária — disse o ministro do Planejamento.

## Três comissões definem emendas orçamentárias para 2018

Três comissões do Congresso definiram ontem suas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018 (PLOA 2018).

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), os senadores aprovaram sugestão do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), de atender projetos prioritários de cada uma das três Forças Armadas. Dentro do limite de quatro emendas que cada comissão do Congresso tem o direito de apresentar, o colegiado destinou uma emenda ao Exército, uma à Marinha e outra à Aeronáutica. A última emenda é direcionada ao apoio conjunto das Forças Armadas ao esporte.

Ao comando da Aeronáutica, foram destinados R\$ 650 milhões, para projeto de desenvolvimento de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390). À Marinha, a CRE reservou R\$ 300 milhões, para a construção de submarinos convencionais. E para o Exército, foram direcionados R\$ 180 milhões, para o projeto de implantação do sistema de defesa estratégico Astros 2020, que trata do desenvolvimento tecnológico na área de mísseis e foguetes.

A última emenda da CRE destina R\$ 30 milhões para o desporto militar e para o apoio

do Ministério da Defesa a seleções e atletas brasileiros de várias modalidades olímpicas.

Na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, os parlamentares aprovaram três emendas. A de maior valor encaminha R\$ 70 milhões para implantação do sistema de defesa cibernética do Exército. Os parlamentares entenderam que é preciso reforçar os sistemas de tecnologia da informação para que o país não fique sujeito a agressões externas, que podem vir de governos estrangeiros, de organizações criminosas e até de terroristas.

### Abin

A segunda emenda destina R\$ 40 milhões para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A CPI da Espionagem, encerrada em 2013, constatou a necessidade de reforçar o orçamento da instituição, principalmente para a modernização de equipamentos. Os parlamentares argumentam que, desde o encerramento da CPI, não houve, por parte do governo, investimento compatível com as necessidades apresentadas.

A terceira emenda vai para o Comando da Marinha, no valor de R\$ 3,6 milhões, a serem usados no custeio e

aquisição de equipamentos para as atividades de pesquisa de inteligência.

### Violência

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher apresentou quatro emendas, num total de R\$ 435 milhões. De acordo com a presidente do colegiado, deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), os recursos foram distribuídos de forma a atender o maior número de pedidos de parlamentares e direcionados a ações com maior alcance social.

Todas as emendas foram para ações da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Uma delas destina R\$ 100 milhões para a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Outra libera R\$ 100 milhões para a construção de unidades da Casa da Mulher Brasileira, que reúne serviços especializados para atender mulheres vítimas de violência.

Outros R\$ 100 milhões serão destinados à promoção de políticas de igualdade e de direitos das mulheres. Por fim, a comissão aprovou uma emenda que destina R\$ 135 milhões para a prevenção de violência e criminalidade contra a mulher.

## Aeronáutica pede recursos para a compra de cargueiros da Embraer

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) ontem, o brigadeiro-do-ar Marcio Bruno Bonotto fez um apelo para que o Congresso Nacional garanta no Orçamento de 2018 (PLN 20/2017) os recursos para o desenvolvimento e compra do cargueiro KC-390, a ser produzido pela Embraer. O maior e mais moderno avião brasileiro deve estrear na FAB em 2018 em substituição aos Hércules, modelo criado em 1954. Bonotto é presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate da Aeronáutica.

Segundo o militar, a expectativa é exportar até 700 unidades e arrecadar cerca de US\$ 20 bilhões nos próximos 20 anos. Ele listou as vantagens do cargueiro brasileiro em relação aos concorrentes, como a possibilidade de reabastecer os caças em pleno voo, a tecnologia avançada, o alcance de maior altitude e velocidade e a maior capacidade de carga. Bonotto lembrou que a Aeronáutica já encomendou

28 cargueiros da Embraer, mas lamentou os cortes no orçamento do programa.

Segundo ele, em 2017 o programa tinha R\$ 1,1 bilhão no Orçamento, mas foram disponibilizados apenas R\$ 700 milhões. Para o próximo ano, será necessário R\$ 1,4 bilhão, mas, até o momento, tudo indica que o programa só irá receber R\$ 750 milhões, ou 50%.

O relator setorial de Defesa e Justiça do Orçamento de 2018, deputado Edio Lopes (PR-RR), justificou que a compra do KC-390 vai gerar emprego e renda no Brasil e afirmou que o Congresso está comprometido com o projeto estratégico para a defesa e integração nacional. Ele prometeu o empenho da comissão para garantir os recursos necessários ao programa.

A Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou uma emenda de R\$ 650 milhões na proposta de Orçamento de 2018 para garantir a compra dos cargueiros Embraer *(veja ao lado)*.

## Reguffe prioriza investimentos nas áreas de saúde, educação e segurança pública

Reguffe (sem partido-DF) falou no Plenário sobre as emendas que apresentou ao Orçamento da União para 2018. O senador deu ênfase aos setores de saúde, educação e segurança pública, destinando recursos para a



Waldemir Bonotto/Agência Senado

aquisição de remédios e equipamentos hospitalares, a reforma de escolas públicas e a implantação de um programa de videomonitoramento das ruas do Distrito Federal, entre outras finalidades.

## Hélio José anuncia emendas da bancada do Distrito Federal ao Orçamento de 2018

Hélio José (Pros-DF) anunciou ontem as emendas parlamentares do Distrito Federal ao Orçamento de 2018. Para definir as emendas, foram realizadas reuniões em Ceilândia, Taguatinga, Planaltina, Gama, Paranoá e Brasília,



Marcos Oliveira/Agência Senado

que resultaram em 147 pedidos de emendas, segundo o senador.

— As emendas demonstram que a bancada de Brasília continua no seu trabalho para atender a sociedade — disse o senador.

## Fátima Bezerra elogia inclusão de recursos no projeto orçamentário para levar água ao RN

Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou a aprovação de emenda orçamentária para levar águas do Rio São Francisco ao oeste do Rio Grande do Norte. A emenda, aprovada na quarta-feira na Comissão de Desenvol-



Jefferson Ruy/Agência Senado

vimento Regional, atende solicitação da sociedade civil e da bancada parlamentar do estado. A senadora alertou para a situação de calamidade pública no estado, onde os reservatórios estão em níveis críticos.